

TIPOLOGIA, TOPOLOGIA, TOPOGRAFIA: A SEMÂNTICA DOS GÊNEROS

Jay L. Lemke¹, Tradutor: Hans Peter Wieser²

Resumo

O conceito central de gênero é redefinido para destacar as relações entre os gêneros e para mostrar a base de um modelo da mudança de gêneros. Ao mesmo tempo, propõe-se uma nova ordem de formação semiótica cultural que se situa entre os recursos semióticos gerais (por ex.: a lexicogramática) e as instanciações particulares (por ex.: os textos). Os fundamentos teóricos da semiótica social são descritos e desenvolvidos, fazendo generalizações a partir da gramática funcional de Halliday e enfatizando que as formas culturais são produtos da atividade humana que mudam constantemente em muitas escalas temporárias. Os gêneros não são apenas classificados (tipologia), mas sua estrutura semântica interna (topografia) é usada para localizá-los em espaços semânticos multidimensionais nos quais seus graus de semelhança e diferença podem ser visualizados como proximidade ou distância que um gênero mantém do outro (topologia).

Palavras-chave: gênero, gramática funcional, semântica, topologia, tipologia, formação discursiva.

Abstract:

*TYPOLOGY, TOPOLOGY, TOPOGRAPHY:
GENRE SEMANTICS*

The central concept of genre is redefined to emphasize relations between genres and make possible a

model of genre change. In doing so a new order of cultural semiotic formation is proposed, intermediate between general semiotic resources (e.g. lexicogrammar) and particular instances (e.g. texts). The theoretical framework of social semiotics, generalizing from Halliday's functional grammar and emphasizing that cultural forms are the product of human activity and constantly changing on many timescales is described and developed. Genres are not merely classified (typology), but their internal semantic structure (topography) is used to locate them in multi-dimensional semantic spaces where their degrees of similarity and difference can be envisioned as nearness or distance from one another (topology).

1 ESPECIFICANDO OS GÊNEROS

O que, exatamente, queremos que o conceito de gênero represente para nós? E qual é a melhor maneira de especificar um gênero para que ele seja capaz de servir a essas funções teóricas? São essas as questões para as quais quero propor algumas respostas específicas que nos levarão a ampliar nossas noções de gênero de uma maneira útil.

Os gêneros são formações sociais de natureza semiótica, isto é, são construções sociais, produtos de práticas sociais convencionais de produção de sentido, que pertencem ao sistema de intertextualidade de uma comunidade (Lemke, 1985, 1988a, 1988b, 1988c, 1989, 1990 e 1995). Construímos os gêneros ao compor certos tipos

¹ Prof. Dr. Jay Lemke (Ph.D., University of Chicago) trabalha no Departamento de Estudos Educacionais (Department of Educational Studies) da Escola de Educação (School of Education) da Universidade de Michigan e é co-editor da revista *Critical Discourse Studies*. Antes de chegar a Michigan, ele exerceu o cargo de Executive Officer do Programa de Pós-Graduação em Educação Urbana do Centro de Graduação da Universidade Municipal de Nova York (City University of New York) e foi co-editor da revista *Linguistics and Education*. Seus interesses de pesquisa incluem a educação em ciências naturais, as novas tecnologias de aprendizagem, a semiótica multimidiática, a análise do discurso e as aplicações da teoria dos sistemas complexas no estudo das mudanças sociais, culturais e institucionais. E-mail: jaylemke@umich.edu

² O tradutor é Especialista em Alemão para Estrangeiros pela UFBA e pela Universidade de Kassel na Alemanha, Mestre em Linguística Aplicada pela UECE e Doutorando em Linguística Teórica pela UFC. Desde o ano de 2000 trabalha como professor de Latim e de Sociolinguística na Universidade Estadual do Ceará (UECE). (N.T.). E-mail: pitwie@uol.com.br

Observação: *Esse artigo foi escrito em 1994, mas por várias razões nunca foi publicado. Trata-se de uma versão revista de um trabalho escrito originalmente em 1987. Para a versão presente de 1999, atualizei algumas referências, mas, além disso, o artigo não foi modificado.*

de padrões semânticos naquilo que consideramos ser textos diferentes e dizemos que esses textos pertencem ao mesmo gênero. Os textos co-genéricos são os intertextos mais aceitos na interpretação uns dos outros. Quando produzimos sentido com um texto, construímos relações de sentido que dependem, também, desses outros textos. Os intertextos mais aceitos de um texto não são, necessariamente, outros textos do mesmo gênero (dependendo de como definimos os gêneros): podem ser textos co-temáticos (que, aproximadamente, falam dos mesmos tópicos da mesma maneira) ou textos co-acionais (que pertencem à mesma sequência mais ampla de atividades sociais) ou outros textos. A questão de quais são os mais aceitos depende das práticas de leitura e, enfim, das normas culturais de uma comunidade.

É importante constatar que não produzimos sentido com textos fora de um contexto cultural, que as práticas intertextuais de produção de sentido desempenham um importante papel na mediação entre os textos em sua ocorrência concreta e os padrões culturais de sentido passíveis de serem construídos em muitos textos. Podemos representar o que, às vezes, é chamado de “conhecimento” de cultura tanto em termos de textos específicos quanto em termos desses padrões que chamarei de formações textuais ou intertextuais. Quando produzimos sentido com ou em um texto específico – ao falar/escrever ou ao interpretá-lo – em uma comunidade, utilizamos recursos para produzir sentido que não incluem apenas os sistemas léxico-gramaticais da língua, mas também os usos anteriores desses sistemas (i.e., os outros textos) e os padrões culturais comuns que resultam das aplicações desses sistemas (i.e., as formações semióticas textuais, inclusive os gêneros).

Não produzimos sentido textual sem uma memória. Na produção de um texto particular, não há apenas as probabilidades condicionais para as seleções num sistema léxico-gramatical que dependem de vários traços do contexto de situação que estamos construindo (por exemplo: as características de campo, de relação e de modo); há também probabilidades sequenciais para estas seleções que dependem das seleções que fizemos ultimamente (cf. LEMKE, 1991). As possibilidades para as segundas orações ou para as próximas frases são - pelo menos em termos de probabilidade - mais restritas que as possibilidades para as primeiras orações ou frases (igualmente como nas variações de registro). Os textos não se caracterizam, simplesmente, por traços semânticos; eles têm topografias de características semânticas, uma textura semântica e, em escala local e global, padrões sequenciais de traços semânticos que se modificam. Os textos não são homogêneos semanticamente. Potencialmente, eles são heterogêneos

em todos os níveis. No âmbito da gramática sistêmica, esse fenômeno foi muito bem demonstrado pelos trabalhos analíticos sobre as fases discursivas (GREGORY & MALCOLM, 1981; GREGORY, 1985).

Todavia, não são apenas os textos que são semanticamente heterogêneos e que têm uma topografia semântica e não apenas um conjunto de características semânticas; qualquer padrão semântico textual-formativo que é construído dentro de um texto e que mantém uma ordem ou uma sequenciação, do tipo como os padrões pelos quais definimos os gêneros, é semanticamente heterogêneo. Estou usando o termo topografia aqui para nos lembrar que os textos e os padrões de formação textual, igualmente como os gêneros, desdobram-se num espaço de muitas dimensões semânticas. Existem muitas características semânticas que caracterizam os níveis de um texto ou de um padrão textual (grupo, oração, complexo oracional, estrutura retórica ou dialógica, elemento genérico, segmento, secção, etc.). Algumas delas (mas - para manter a coesão do texto - geralmente, nem todas) mudam de uma unidade para a próxima em cada nível (e, também, de maneiras mais complexas e menos segmentais, cf. LEMKE, 1995).

Uma teoria semiótica do sentido nos informa que as práticas pelas quais especificamos uma entidade significativa realizam-se, parcialmente, ao especificar as relações dessa entidade com outras entidades diferentes na mesma ordem. Não definimos os gêneros apenas ao especificar suas topografias semânticas. Aquelas topografias são padrões que construímos em alguns textos; elas realçam ou privilegiam certas combinações de traços significativos que formam semelhanças entre textos co-genéricos e diferenças contrastantes em relação aos outros textos que não são co-genéricos. No nível dos próprios padrões, não temos simplesmente vários gêneros isolados, mas temos, necessariamente, conjuntos de gêneros contrastantes (cf. MARTIN, 1985 e 1991).

Será que esses conjuntos formam sistemas paradigmáticos? Ou, mais especificamente: até onde podemos levar um programa de agnação³ e classificação transversal de gêneros? Uma consideração num tal programa diz respeito à relação entre os traços semânticos globais dos textos (i.e., às características em que o padrão inteiro do gênero é homogêneo) e às topografias semânticas variáveis nos diversos níveis dos textos. Uma outra maneira de tematizar isso é perguntar se há um sistema de recursos semióticos para os gêneros, no mesmo sentido como há esse tipo de sistema para a léxico-gramática? Ou será que usamos as noções de gêneros de uma maneira diferente, como um tipo diferente de recurso para produzir sentido; mais semelhante à maneira como usamos as referências e alusões a

³ agnação = originalmente: relação de parentesco de pessoa de qualquer sexo, traçada por linhagem exclusivamente masculina parentesco (em oposição a “cognação”); relação de parentesco pelo topos, pelo lugar ocupado nas gerações.

outros textos específicos para produzir sentido (cf. a noção de gênero como um “recurso intertextual” em THREADGOLD & KRESS, 1988 e 1989)? Talvez o gênero encontre-se no limite entre esses dois tipos de recursos para fazer sentido, com características de ambos os tipos.

Claro que é possível definir os gêneros sem estabelecer relações sistemáticas entre eles (por exemplo: HASAN, 1984, 1989 e 1995; VENTOLA, 1987). Nesse caso, os elementos da estrutura de um gênero, em vez de aparecerem como realizações de escolhas feitas numa rede de sistemas, são exclusivos de um dado gênero específico a ser definido. Esses elementos, por seu turno, podem, então, ser realizados, num dado registro, através de traços semânticos que, em seguida, são realizados léxico-gramaticalmente. Essa abordagem parece apreender certo aspecto a respeito das nossas práticas de definição e uso de gêneros que se baseia no parentesco entre eles: existe algo de único nos elementos genéricos ou estágios. Em geral, não reconhecemos que gêneros diferentes compartilham as principais unidades de funções estruturais/configuracionais. Tais unidades não se realizarão, num certo gênero, através do que, em outro gênero, identificaríamos como essencialmente à mesma forma. E há uma razão muito boa para isso: os principais estágios ou elementos de uma estrutura genérica – independentemente do modo como possam ser definidos – derivam suas funções, em parte, das suas relações semânticas com as outras unidades de mesma hierarquia. Eles não podem ser simplesmente retirados do padrão geral de um gênero e usados como componentes independentes constitutivos de um outro gênero.

Numa hierarquia de constituintes, há unidades e, provavelmente, sub-unidades que são únicas para um gênero, mas, evidentemente, numa hierarquia de realizações, algumas unidades específicas a um gênero têm que ser realizadas, em última análise, por sequências de itens lexicais e estruturas gramaticais que não são únicas para um gênero. As unidades não-específicas de um gênero as quais estão situadas na hierarquia mais elevada, e através das quais são realizadas as unidades específicas de um gênero situadas na hierarquia mais baixa, formam um ponto de partida útil para se considerar as semelhanças e diferenças entre os gêneros. No caso dos textos e de formações topográficas de textos como os gêneros (i.e., no caso das formações textuais com propriedades estrutural-textuais essenciais), as semelhanças e as diferenças não se esgotam, obrigatoriamente, nas relações ordenadas, paradigmáticas de agnação: a tipologia pode ser estendida, também, em direção a uma topologia de gêneros (cf. LEMKE, 1987).

Nos termos da matemática, a topologia é um conjunto de critérios para estabelecer graus de contiguidade ou proximidade entre os membros de uma categoria. Ela transforma uma “coleção” ou um conjunto de objetos em um espaço que se define pelas relações entre esses objetos. Os objetos que, conforme os critérios, são mais semelhantes estão re-

presentados, nesse espaço, como mais pertos; aqueles que são menos semelhantes estão mais afastados. É possível ter critérios múltiplos que podem ser, mais ou menos, independentes uns dos outros; de tal maneira que dois textos podem, por exemplo, estar mais pertos em uma dimensão (por exemplo, a distância horizontal), enquanto estão mais afastados em outra dimensão (a distância vertical).

Evidentemente, o que é essencial é nossa escolha de critérios, de parâmetros que definem a semelhança e a diferença em cada dimensão. Esses parâmetros têm que ser escolhidos de tal maneira que dois textos para os quais os critérios são relevantes podem ser representados como mais ou menos semelhantes. O mesmo conjunto de parâmetros nos permite descrever tanto as semelhanças quanto as diferenças entre os textos ou os gêneros. Os gêneros ideais podem ser representados por pontos definidos nesse tipo de espaço topológico, ocupando os centros de aglomerados de outros pontos que representam textos concretos. Aqueles aglomerados (“conjuntos opacos” ou distribuições) podem se sobrepor, representando ambiguidade (ou “herança múltipla”; cf. STILLAR, 1992) na classificação genérica dos textos. É possível que os textos de diferentes gêneros sejam muito semelhantes conforme alguns critérios, ainda que, de acordo com outras dimensões, sejam suficientemente diferentes a fim de não deixar dúvidas quanto à sua atribuição a diferentes gêneros ideais. Desse modo, é possível definir os gêneros potenciais, que, no sentido definido, seriam intermediários entre gêneros atuais, e descrever a evolução dos gêneros em termos de distribuições de textos concretos que estão mudando no decorrer do tempo.

A topografia semântica de um texto ou de uma formação genérica representa já uma parametrização num espaço semântico multidimensional que pode formar a base de uma topologia de tipos de textos ou de gêneros. Talvez, a argumentação tornar-se-á mais simples e compreensível se ignorarmos os pormenores sutis da topografia e tentarmos, simplesmente, olhar para um tipo de característica bem visível: a sucessão das formações retóricas ao longo de um texto (ou dito de uma maneira mais geral, para permitir realizações não-segmentais das relações semânticas de base: a sucessão das estratégias retóricas; cf. LEMKE, 1988b e 1995).

Depois de uma discussão sobre a conexão entre topografia e topologia, retomarei algumas considerações mais específicas sobre a questão de como usamos os vários tipos de padrões da topografia semântica. Esse uso tem o intuito de produzir sentido de maneira bem diferente daqueles padrões que dependem diretamente dos sistemas léxico-gramaticais, inclusive aqueles específicos de um registro.

2 TOPOGRAFIA RETÓRICA E TOPOLOGIA DE GÊNEROS

Vamos começar com uma coleção de textos individuais. Cada um tem sua própria topografia semântica alta-

mente complexa: um movimento estrutural e textual de muitos traços semânticos em muitas escalas dentro do texto. Quais textos são mais semelhantes conforme o sistema de intertextualidade de nossa comunidade? Isto é, entre quais textos construímos o maior número de semelhanças claramente mais aceitas? Quais são os textos que consideramos como variações menores de um tema comum? Evidentemente, o que nos permite conceber a noção de topologia é uma questão de grau: dois boletins meteorológicos no mesmo formato para dias semelhantes; duas versões do mesmo discurso editadas ligeiramente diferentes; duas variações do mesmo conto popular; duas demonstrações semelhantes do mesmo teorema geométrico; capítulos introdutórios sobre as leis de Newton em dois diferentes livros didáticos de física; duas explicações históricas da mesma batalha bem documentada; dois boletins meteorológicos para dias bastante diferentes; duas receitas para molhos ligeiramente diferentes, tiradas do mesmo livro de arte culinária; uma história e uma paráfrase da mesma história; uma história e o sumário dessa história; uma história e a tradução dessa história em outra língua; dois contos de fadas; dois *limericks*⁴; dois sonetos; duas explicações do mesmo evento feitas a partir de diferentes perspectivas de observação; duas explicações de perspectivas ideológicas conflitantes.

Usarei o termo tipo de texto para descrever o padrão semântico comum que construímos nas topografias de textos muito semelhantes: particularmente, nos textos que pertencem tanto à mesma formação discursiva quanto à mesma formação textual. Dois textos pertencem à mesma formação discursiva quando são semelhantes em três aspectos, ou seja, eles têm que:

- (1) compartilhar a mesma formação temática (LEMKE, 1983a e 1985a);
- (2) assumir a mesma atitude avaliatória (orientação de valor; cf. BAKHTIN, 1935; LEMKE, 1988a, 1989b, 1990b e 1992) diante dessa formação; e
- (3) estabelecer as mesmas relações heteroglóssicas entre as formações (LEMKE, 1988a).

Dois textos serão considerados como membros da mesma formação textual quando são semelhantes em dois aspectos, isto é, eles :

- (1) têm a mesma Estrutura Potencial de Gênero (EPG), como é definida por Hasan (1984 e 1989); e
- (2) realizam os mesmos elementos da EPG usando as mesmas formações retóricas.

Essa definição nos envolve já em questões de delicadeza (*delicacy*). Dois textos podem compartilhar a mesma

EPG, mas representar diferentes seleções das opções que fazem parte dela. Quanto mais semelhantes eles são nessas seleções tanto mais delicadamente co-genéricos são. A mesma coisa vale no que diz respeito à sua seleção de formações retóricas particulares.

Uma formação retórica é uma estrutura semântica multivariada que se caracteriza por elementos funcionais e relações entre estes elementos que não são específicos à realização de um elemento de uma EPG, mas que ocorrem nos textos de muitas EPGs diferentes. As formações retóricas são estruturas semânticas do tipo que é identificado por Mann & Thompson (1983) como “proposições relacionais” (veja as outras classificações citadas lá). Elas incluem estruturas como as seguintes: causa – consequência; exemplo – generalização; hipótese – demonstração; hipótese – exemplo; proposição – avaliação; proposição – contradição – alternativa; ação – motivação; pergunta – resposta; problema – solução; previsão – argumento; argumento – resumo e muitas outras. (Observe que as formações retóricas, muitas vezes, mas não necessariamente, são binárias, estruturas de duas partes.)

Diane Adam-Smith (1987), continuando o trabalho de Eugene Winter e Michael Hoey, observa que uma série de formações retóricas identificáveis (a maioria com mais de dois elementos obrigatórios) pode ser encontrada na escrita científica e em outros gêneros tão diversos como: as rimas de embalar, as cartas para o editor, as histórias policiais e as reportagens jornalísticas. Há muito trabalho a fazer para identificar as formações retóricas cujas diferenças semânticas são apenas especializações mais delicadas das relações usuais da estrutura semântica.

As formações retóricas constituem um nível intermediário da estrutura semântica dos textos, entre a estrutura genérica e a estrutura léxico-gramatical. A semântica dos elementos genéricos e as relações entre eles são específicas a um ou outro gênero definido separadamente. Os recursos léxico-gramaticais nos tornam capazes de fazer distinções semânticas que são potencialmente relevantes em todos os tipos de textos. Os elementos e as relações das formações retóricas não são nem um nem outro (i.e., não são específicos a um gênero só, nem são relevantes para todos os textos) embora seja claro que as formações retóricas, que provavelmente ocorrerão como realizações de um elemento particular numa estrutura genérica, sejam mais previsíveis do que as estruturas gramaticais dela.

Conforme uma proposta de Mann & Thompson, é possível que haja relações semânticas de natureza retórica que representem recursos textuais universais, ou seja, que formem uma parte do componente “textual” do estrato semântico da gramática que, potencialmente, esteja em jogo em cada texto; mas também é possível que os julgamentos

⁴ Limericks = versos humorísticos de cinco linhas

dos leitores, no que diz respeito às relações semânticas entre orações paratáticas ou entre pares de complexos oracionais não-marcados para relações semânticas, dependam amplamente da identificação da formação retórica (e, talvez, até da identificação de um gênero). Desconfio que a construção semântica do sentido textual não seja tanto feita diretamente, em termos das seleções léxico-gramaticais para cada oração, quanto é feita de maneira mediata, com relevantes seleções léxico-gramaticais que servem às necessidades funcionais de uma formação retórica dentro de um elemento genérico de uma EPG.

Naturalmente, é artificial fazer uma separação completa entre a semântica das formações retóricas e a semântica das formações discursivas e temáticas. A formação temática pode, muito bem, incluir relações de causa e consequência ou de hipótese e demonstração, como parte da temática de um tipo de discurso sobre um tópico particular. Os padrões não-segmentais que servem para colocar uma formação temática ou “vozes discursivas” particulares no primeiro ou segundo plano, também, contribuem para as estratégias retóricas de um texto e podem ser específicos a um gênero (cf. LEMKE, 1995).

3 A TOPOLOGIA DAS FORMAÇÕES TEXTUAIS

Uma formação textual é especificada, primeiramente, pela sua EPG; depois, pelas suas seleções opcionais dentro dessa EPG; e finalmente, pelas formações retóricas que ela emprega para realizar os elementos da EPG e suas relações. Essa caracterização presume que existem gêneros com uma EPG definida; ela concretiza esses gêneros de uma maneira que é conveniente para as finalidades analíticas, mas pressupõe uma análise das práticas semióticas através das quais construímos um gênero; isto é, uma análise das operações que fazemos para atribuir um gênero a um texto.

Para cada gênero, existem padrões específicos de probabilidades consecutivas (isto é, probabilidades que, dadas as seleções precedentes, valem para cada próxima seleção opcional). Nesse sentido, a interpretação dinâmica de um gênero é um processo de construção, uma inferência contínua realizada à base da sucessão dos elementos textuais. Trata-se de uma interpretação à base da topografia semântica que se desdobra com o avanço do texto. Uma vez que as formações retóricas, que formam um nível semântico distinto, também, participam nesse processo, podemos interpretar, primeiramente, uma formação e, depois, inferir o(s) elemento(s) genérico(s) que essa formação realiza. Naturalmente, podemos fazer isso, também, no sentido oposto ou em ambos os sentidos simultaneamente.

Dois textos do mesmo gênero, especialmente quando são do mesmo sub-gênero (i.e., quando se caracterizam pelas mesmas escolhas opcionais dentro da EPG), terão a

tendência de ter em comum mais padrões sucessórios de formações retóricas do que dois textos que pertencem a diferentes gêneros. Todavia, a representação de uma formação textual, nos termos da sua sequência (ou seleção) de formações retóricas, é multidimensional. Dois textos que pertencem a gêneros diferentes podem ter muitas estratégias retóricas em comum, mesmo que as mesmas formações retóricas possam estar realizando elementos genéricos bastante diferentes (por exemplo: o uso das estratégias retóricas de analogia ou de exemplificação em cartas legais e artigos científicos). Desse modo, no que diz respeito à topologia, dois textos podem, ao longo de certas dimensões, estar bastante “próximos” um do outro, ainda que não estejam “próximos” em todas as dimensões e sejam atribuídos, em última análise, a diferentes gêneros sinópticos. Os textos do mesmo gênero (sub-gênero) serão próximos uns dos outros em termos retóricos, aglomerando-se em volta de uma abstração “ideal” do texto normativo do gênero.

Uma formação textual é um conjunto de textos que compartilham o mesmo (sub)-gênero e as mesmas estratégias retóricas para implementar esse (sub)-gênero. Ela é um ponto no espaço. Cada texto é representado nesse espaço através da sua formação textual. Os textos co-genéricos terão a tendência de aglomerar-se ao redor de um ou mais pontos ideais, cada um representando uma das estratégias comuns para implementar esse gênero na comunidade.

Essas formações textuais padronizadas do gênero definem o gênero “de baixo para cima” e têm que ser interpretadas dinamicamente, nos termos dos elementos semânticos de uma EPG. Na medida em que as redundâncias entre os gêneros e as sequências da formação retórica são fracas, é de se esperar que os pontos que representam as formações textuais padronizadas dos diferentes gêneros e, certamente, suas auréolas de aglomerações formadas pelos pontos de textos concretos interpenetrem-se e sobrepor-se-ão. De uma maneira geral, não se pode esperar que os gêneros possam ser derivados de um estudo empírico das distribuições das formações retóricas. Temos que usar os critérios semânticos da EPG para impor uma outra ordem de padrões nas distribuições, para separar, através de argumentos funcionais, as estruturas que, de outra maneira, seriam semelhantes e para identificar as estruturas que, de outra maneira, seriam diferentes. O espaço das formações textuais é amplo demais (i.e., têm dimensões em excesso) para poder ser ocupado apenas pelos parâmetros da topografia retórica. Projetamos tudo no “plano” das sequências retóricas, criando ou aumentando sobreposições entre formações textuais distintas genericamente; mas, ao fazer isso, representamos uma parte do processo dinâmico da semiose: as práticas semióticas pelas quais não só inferimos, em parte, os elementos genéricos e as relações genéricas à base dos padrões retóricos, mas também compreendemos as semelhanças intertextuais entre os textos, os quais com-

partilham padrões retóricos, mesmo que pertençam a gêneros diferentes.

A figura 1 mostra uma série de aglomerações de formações textuais que representam diferentes padrões usuais da implementação retórica dos elementos de duas diferentes EPGs. Ela é muito simplificada porque mostra apenas duas dimensões do espaço de formação retórica.

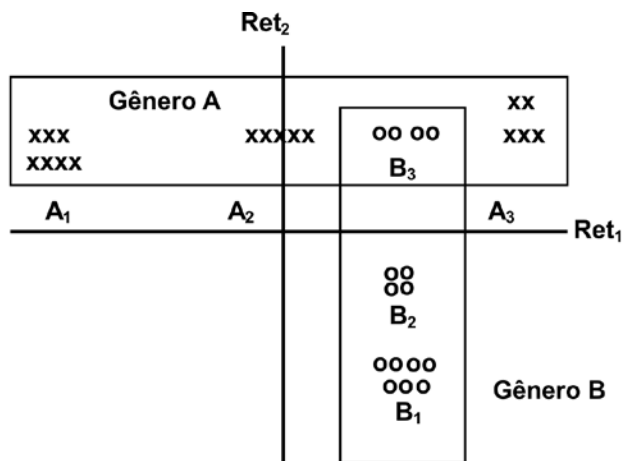


Figura 1: Uma topologia retórica de gêneros.

Ao longo de cada uma das dimensões Ret_1 e Ret_2 , podemos imaginar uma série de possíveis estratégias retóricas capazes de implementar a necessidade funcional de um ou mais elementos da EPG de um gênero. O gênero A mostra pouca variabilidade na sua escolha da estratégia retórica Ret_2 , mas três preferências distintas entre as possíveis estratégias retóricas Ret_1 . O gênero B caracteriza-se pela escolha da mesma estratégia Ret_1 em todos os casos, mas sua implementação B_3 dos elementos da sua EPG recorre ao mesmo tipo de estratégia retórica que é associado, normalmente, com os textos do gênero A. Dessa maneira, vê-se como as aglomerações de formações textuais se sobrepõem quando são projetadas no plano do diagrama. Os critérios específicos a um gênero fazem a distinção entre as formações textuais que são representadas por diferentes símbolos pontuais (aqui: 'x' ou 'o'), mas dentro do contorno da aglomeração total essas formações são unidas como um gênero. Contudo, podemos ver ainda que os textos de diferentes gêneros podem ficar muito próximos em alguns traços retóricos (isto é, verticalmente ou horizontalmente próximos ou próximos em ambos os sentidos).

A topologia tem implicações para a tipologia e, também, para a evolução dos gêneros. Se os gêneros tivessem que ser representados por redes formadas por sistemas paradigmáticos de seleções semânticas (que foram efetivadas ao inserir, ordenar, etc. os elementos específicos de uma EPG num sintagma genérico) e se uma escala de delicadeza pudesse ser concebida, teríamos, então, uma tipologia

implícita de gêneros. Também, construiríamos um princípio para uma topologia de, pelo menos, uma dimensão. Alguns gêneros seriam mais parecidos com outros, no sentido de compartilhar mais seleções na rede, em mais graus primários de delicadeza (cf. as noções de semelhanças semânticas entre itens lexicais em HASAN, 1985 e 1986). Todavia, suponha que, num dado nível de delicadeza, tenhamos escolhas semânticas que levem a diferentes gêneros ou sub-gêneros. Como poderíamos responder à pergunta: que tipo de gênero pode ocorrer semanticamente entre duas dessas escolhas ou entre duas das suas realizações? As escolhas paradigmáticas são comumente categóricas; elas não são dispostas metodicamente, nem se pode observar graus de diferenças entre elas. A topologia de uma rede de sistemas é global: as escolhas menos semelhantes numa rede são as mais afastadas; mas, num dado nível de delicadeza, não existe uma topologia "local". No entanto, é esse tipo de topologia que é necessário, em qualquer tipologia, para poder dizer que tipos de gêneros possam encontrar-se entre os outros gêneros.

A figura 2 mostra esse fenômeno no caso de uma rede de sistemas. As escolhas originais são B_1 , B_2 ou B_3 ; mas as opções B_1 e B_2 são desenhadas em posições muito próximas para mostrar que, na topologia semântica, elas se assemelham mais entre si do que ambas se assemelham à escolha B_3 . Mais adiante, olhando para a evolução dos gêneros, veremos como isso pode acontecer. Mostrei, também, uma opção imaginária B_4 , que – de acordo com critérios semânticos – é desenhada em uma posição entre B_2 e B_3 , mas mais perto de B_3 . Mostra-se, assim, como um diagrama de uma rede pode refletir uma topologia semântica.

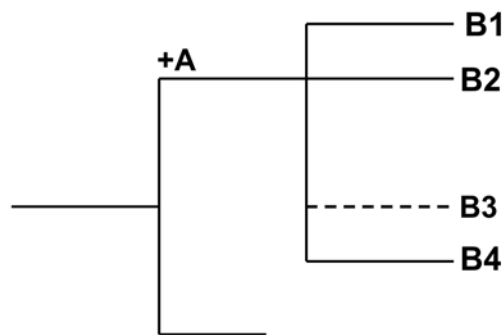


Figura 2 - Uma rede com uma topologia.

4 A TOPOLOGIA E A EVOLUÇÃO DOS GÊNEROS

Os gêneros mudam no decorrer do tempo histórico. Igualmente como as espécies, alguns podem permanecer durante um período longo, em formas relativamente estáveis e podem chegar a co-existir com seus próprios "descenden-

tes”. Nossa primeira suposição básica será a de que todos os gêneros hoje existentes são variações estabilizadas e especializações de gêneros prévios que, em parte, estão sobrevivendo e, em parte, estão extintos. Num quadro mais amplo, essa pressuposição, de fato, aplica-se a todas as formações semióticas. Não nos preocuparemos, aqui, com o surgimento das formações novas mais radicalmente diferentes ou originais, mas com a evolução gradual. Usaremos o modelo topológico das formações textuais para descrever esse processo de uma maneira geral.

Um tipo de texto, como o definimos, representa uma formação semiótica de grande especificidade (delicadeza). Como os “tipos” humanos em relação a uma espécie ou a uma sub-espécie, os tipos de textos, também, mostram uma diversidade maior e evoluem mais rapidamente do que os gêneros. Os gêneros e as formações retóricas, como os definimos, terão a tendência de co-evoluir porque são ligados por relações de redundância. As novas formações retóricas começarão a ser usadas em gêneros antigos e os gêneros poderão divergir por causa das suas tendências de usar estratégias retóricas diferentes. Até sem a evolução das formações retóricas, os gêneros podem emprestar formações retóricas de outros gêneros e, onde os padrões retóricos particulares se tornam estáveis, é possível observar um novo sub-tipo do gênero. Naturalmente, as formações retóricas, no contexto dos gêneros nos quais são usadas, desenvolverão gradualmente formas sucessórias divergentes, precisamente porque estão evoluindo em diferentes contextos funcionais.

Para tornar o modelo mais exato, consideraremos o padrão geral da evolução de uma formação semiótica. Inicialmente, a formação é definida num dado momento histórico, numa dada comunidade, por um conjunto de características pelas quais ela se distingue de outras formações do mesmo tipo (por exemplo: um gênero distingue-se de outro gênero contemporâneo). Isso seria uma descrição meramente tipológica, inadequada para um modelo evolucionário. Para torná-lo adequada, precisamos de termos descritivos que englobem suas formações antecessoras e as possíveis formações sucessoras. Isso exige a mudança de uma descrição sincrônica, sinóptica e tipológica para uma descrição evolucionária, dinâmica e topológica. Na evolução biológica, isso corresponde à mudança da descrição taxonômica para a descrição genética (em termos dos traços hereditários ou das frequências genéticas de base). Uma espécie não se descreve como um conjunto de traços (ou genes), mas como uma distribuição probabilística da frequência relativa de vários valores possíveis para cada característica (fenótipo); ou como uma distribuição probabilística das frequências da população de genes. As espécies sucessoras, assim como duas espécies contemporâneas distintas, caracterizam-se por padrões diferentes de distribuição e, também, é possível imaginar os estágios intermediários entre elas.

Nosso modelo topológico de formações textuais fornece a mesma capacidade. Temos uma aglomeração de textos ou tipos de textos, representados pelas suas formações textuais, distribuídos em aglomerações ao redor dos pontos padronizados ou “ideais”. No decorrer da evolução, as práticas de uso de uma formação que levam aos textos concretos podem, com as mudanças nas circunstâncias, levar à produção de mais textos de um tipo do que de outro, alterando, desse modo, o “centro” da aglomeração. Se houver, por exemplo, uma pressão social que polarize, é possível que uma formação original divida-se em duas formas sucessoras distintas. Caso haja, posteriormente, uma ausência dessa pressão, as duas formações poderão crescer juntas. Uma única pressão pode, simplesmente, modificar, continuamente, o caráter da formação em uma direção específica. Num modelo topológico é possível rastrear os estágios intermediários ou tentar reconstruí-los a partir dos pontos finais.

A figura 3 ilustra o modelo topológico da evolução e a figura 4 mostra seus possíveis efeitos sobre uma rede de sistemas.

Na figura 3, uma aglomeração inicial que representa o gênero individual G₂ transformou-se gradualmente em duas aglomerações representando dois gêneros diferentes (G₃ e G₄). Em um eixo, eles mudaram na mesma direção, mas, ao longo do outro, eles passaram a divergir. Isso poderia representar uma situação na qual os diferentes usos funcionais do gênero original levam, através de diferentes implementações retóricas, finalmente, a dois gêneros completamente diferentes.

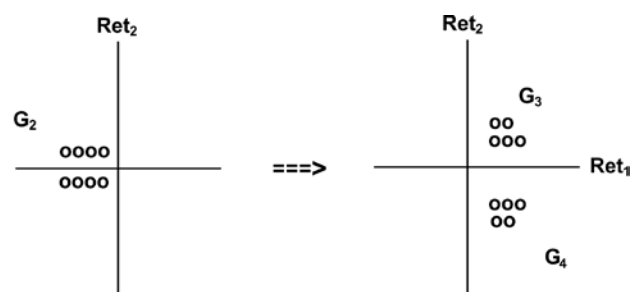


Figura 3 - A evolução dos gêneros.

A figura 4 mostra o possível efeito dessa bifurcação evolucionária sobre uma rede sistemática de gêneros.

Também, é possível imaginar que esse mecanismo produza uma situação como aquela na figura 2, com as opções semelhantes B1 e B2, que tenham uma antecessora não compartilhada com a opção B3. Para ver discussões mais pormenorizadas dessas questões, confira Lemke (1995).

Em termos menos formais: os novos gêneros surgem dos antigos pelos processos de diferenciação e espe-

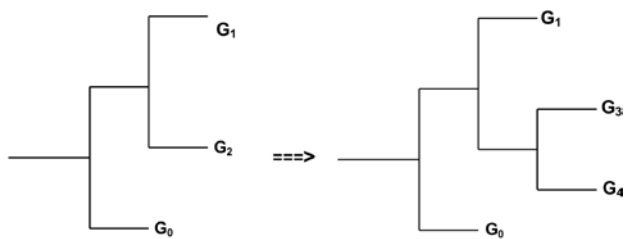


Figura 4 - A evolução de uma rede de gêneros.

cialização e pelas suas inversões (fusão, neutralização das distinções semânticas). Qualquer característica particular que se usa para rastrear a história de um gênero estará sujeita a mudanças. Não podemos depender, exclusivamente, de um modelo tipológico da EPG porque precisamos de uma base para a continuidade durante a mudança. Os elementos da EPG são específicos a um gênero. Se esse gênero se dividir em dois novos gêneros com elementos redefinidos, teremos um modelo que pode mostrar apenas transições repentinas: um segmento é uma realização de um elemento da antiga EPG ou de um elemento da nova; desse modo, não podemos ver como a mudança ocorre gradualmente.

É conveniente observar que, de uma maneira geral, os modelos gradativos da mudança, de um lado, e os modelos descontinuados, do outro, são modelos com diferentes ênfases teóricas. Quando estamos interessados, principalmente, nas diferenças categoriais, numa situação em que um texto significa uma coisa e não uma outra porque ele é interpretado, antes, como representante de um gênero e não como representante de um outro, construímos modelos descontinuados para mudanças abruptas. Todavia, é possível, também, representar as formações em termos que nos permitam ver como elas são construídas e/ou em termos de elementos que não são categoricamente específicos a uma única formação, mas que fornecem um denominador comum para poder comparar as diversas formações. Na medida em que estamos interessados nessas formas de representação, podemos recorrer a um modelo gradativo que mostra a mudança como um processo que passa por uma série indefinida de estágios intermediários. Toda mudança é definida diante do pano de fundo de alguma continuidade. Dizer que uma formação está mudando significa insinuar que, num certo sentido, ela continua, ainda, a ser a mesma formação, apenas alterada em determinados aspectos. A noção da mudança baseia-se na noção da continuidade; a variação faz sentido apenas se houver, também, a invariabilidade. Quando colocamos a diferença no primeiro plano, colocamos a semelhança remanescente no segundo. Um modelo dinâmico, sempre, tem que explicar ambas, a mudança e a estabilidade, nos mesmos termos teóricos (cf. LEMKE, 1984).

5 OS GÊNEROS E A SEMIÓTICA ECO-SOCIAL

Em um sistema sócio-semiótico, um novo potencial de sentido aparece quando a língua e os outros recursos semióticos são usados em novos tipos de atividades, construindo novos contextos, novos gêneros e novas situações. O desenvolvimento de novos tipos de atividade numa comunidade, isto é, a trajetória histórica das ações de uma comunidade, envolve os sistemas de relações semióticas, representadas nas formações culturais dessa comunidade, porque essas formações determinam, em grande parte, o que é considerado real, possível e desejável. Contudo, esse desenvolvimento deve-se, também, à distribuição dos recursos materiais no ecossistema do qual a comunidade social humana depende e do qual ela representa uma parte integral; ele se deve à maneira como os fluxos desses recursos estão ligados às atividades da comunidade humana, não apenas pelas relações semióticas, mas também pelas termodinâmicas e ecológicas. O sistema relevante, ou seja, o sistema no qual as trajetórias da mudança ecológica e cultural se co-desenvolvem é o sistema formado pelos dois tipos de conexões, um sistema ecossocial (LEMKE, 1993).

Em um sistema ecossocial, as acoplagens dos processos materiais e dos processos de práticas sócio-semióticas são rigorosamente integradas. A interação dialética entre esses dois sistemas sobrepostos de acoplamentos surge, conjuntamente: (1) da necessidade de cada prática semiótica ser simultaneamente um processo material e (2) do papel que as construções sócio-semióticas têm no comportamento ecológico humano, especialmente, na ação coletiva materialmente significante. Assim sendo, essa interação dialética produz todos os tipos de mudanças ecossociais.

Precisamos, então, de uma semiótica dos sistemas ecossociais na qual todos os construtos teóricos básicos reflitam nossa compreensão de que, dentro das comunidades e entre elas, existe sempre uma diversidade de formações semióticas, como existem, também, processos contínuos de mudança, enquanto o sistema ecossocial se desenvolve. Construtos teóricos como a comunidade, o dialeto e o socioleto, a formação semiótica cultural e o gênero, os quais descrevem sistemas de processos/práticas que participam diretamente tanto nas relações/ligações semióticas quanto nas materiais, têm que ser concebidos como entidades com trajetórias históricas; isto é, como entidades que são definidas em termos de sistemas meta-estáveis, abertos e dinâmicos – sistemas que estão continuamente envolvidos no processo do seu próprio desenvolvimento, criando condições que exigem deles transformações e reorganizações em interação com seus meio-ambientes.

A semiótica ecossocial considera também que os construtos teóricos têm que especificar a escala ou as escalas às quais se aplicam; porque os sistemas ecossociais não são apenas dinâmicos; são sistemas “mesclados” e mosaicos de sistemas (*systems-of-systems*), nos quais os diferen-

tes retalhos (*patches*), na mesma escala e em escalas diferentes, podem ter diferentes características, inclusive diferentes idades e histórias. Os sistemas ecossociais são fundamentalmente heterogêneos em todas as escalas; tanto quando são vistos como resultado das individualizações de processos passados de desenvolvimento, como também, quando são vistos como fundamento da futura plasticidade das respostas às pressões internas e externas para realizar mais mudanças.

Já vimos como a noção da topografia semântica de um gênero tenta incorporar (de modo sinóptico) tanto o caráter migratório do gênero (seus padrões de probabilidades sucessórios; de tal maneira que o atual potencial de sentido é influenciado pela produção de sentido no passado) quanto seu caráter multi-escalonado e mosaico.

Os sistemas ecossociais enfatizam as diferenças e a complementaridade essencial entre os construtos teóricos sobre a ordem do sistema (os sentidos potenciais, os conjuntos que apresentam uma distribuição estatística) e os construtos teóricos sobre a ordem do texto ou as formações semióticas. Os primeiros são sistemas de diferenças abstraídos dos textos que servem como recursos para a produção de sentido. Os segundos são recursos realmente empregados, i.e., as próprias atividades para a produção de sentido em eventos ou processos (com textos e formações textuais definidos como os produtos desses processos/práticas). Os primeiros não têm nenhum acoplamento material e constituem sistemas únicos de recursos semióticos; os segundos sempre têm acoplamentos materiais e, necessariamente, empregam na mesma ocasião os meios de sistemas múltiplos de recursos semióticos. Os primeiros mudam relativamente devagar, a passos contados e sua mudança depende completamente dos conjuntos de textos dos quais são abstraídos; os segundos são inerentemente dinâmicos, mudando a todo momento ou, melhor dizendo, são entidades que se desenvolvem com o passar do tempo (entidades com uma trajetória) e se definem por múltiplas escalas. Os primeiros são poucos, os segundos, uma legião.

Ainda que a perspectiva do sistema e a perspectiva do texto sejam complementares no que diz respeito à produção de sentido, elas não descrevem exaustivamente as relações de meta-redundância que caracterizam um sistema ecossocial. Os sistemas dizem o que pode ser feito; os textos, o que foi feito; mas o que é que nos diz o que se faz normalmente, tipicamente ou habitualmente num contexto particular? Os sistemas põem à nossa disposição muitos conjuntos independentes de opções que, de princípio, podem ser combinados de muitas maneiras. Os textos contam-nos como essas opções foram combinadas em cada ocasião, mas há mais informações no “contexto cultural”, informações que revelam quais combinações se conjugam e quando são compatíveis. Essa informação não é representada pelos sistemas de recursos semióticos, nem pelas gravações de

realizações (produções semióticas, textos), mas pelas formações semióticas culturais de uma comunidade.

Entre essas formações, as mais fundamentais na semiótica ecossocial são as formações acionais, ou seja, os tipos de atividade de uma comunidade. Todas as outras podem ser derivadas daquelas (por exemplo: como produtos ou consequências ou participantes ou contextos construídos nelas e através delas). Elas formam uma terceira classe de construtos ecossociais, com algumas características de cada uma das outras duas. As formações são tipos e não tokens (os sistemas são sistemas de relações entre os tipos; os textos e as realizações são tokens), mas elas também indicam a natureza de uma atividade (não apenas seu potencial; elas indicam como se faz isso e não o que poderia ser feito), elas utilizam múltiplas semióticas e se constituem de uma série ininterrupta de escalões temporais (i.e., as formações acionais definem tanto as contingências sequenciais quanto as simultâneas; elas são quase-dinâmicas; elas desdobram as topografias semióticas).

As atividades concretas para construir um sentido, sem exceção, já são contextualizadas; já são, invariavelmente, encaixadas nas outras atividades que as antecederam na produção de sentido. Elas são sempre elementos em alguma escala em uma organização mais ampla e multi-escalonada de interações entre processos ecossociais. Nesses contextos, muitas escolhas são excluídas e as formações semióticas indicam as opções e as maneiras como as escolhas são combinadas.

Essa visão geral leva-nos a uma noção estendida de como produzimos sentido com formações intertextuais como os gêneros.

No caso do sistema linguístico e seus textos, convém perguntar por que o registro não é suficiente para explicar as escolhas semânticas específicas feitas nos textos? Sobretudo, porque se trata ainda de um mero sistema, um mero potencial. Os registros dizem pouca coisa e, ao mesmo tempo, coisas demais. Eles dizem muito pouco na medida em que permitem muitos textos diferentes, ou melhor, têm que permitir muitos textos diferentes porque representam potenciais. Eles permitem todas as combinações entre todas as suas opções; mas nem todas aquelas combinações que a descrição da meta-redundância nos revela podem ser igualmente prováveis numa comunidade real. Eles também dizem pouca coisa porque especificam apenas contingências simultâneas e não, as sequenciais; ou, se forem interpretados sequencialmente, sub-especificam as mesmas contingências para cada fase de um texto. O registro pode nos fornecer os fundamentos para a tipologia dos textos, mas não para suas topografias típicas.

Precisa-se de mais alguma coisa para proporcionar uma análise do texto linguístico que seja capaz de explicar os métodos reais pelos quais uma comunidade particular emprega seus recursos linguísticos e que seja capaz de esclarecer as diferentes maneiras pelas quais as diversas

comunidades fazem isso. Precisa-se de mais alguma coisa para especificar quais combinações de recursos experienciais, interpessoais e textuais se combinam para produzir, reconhecidamente, um texto de um determinado tipo e por que umas combinam e outras não. Precisa-se de mais alguma coisa para qualificar as fases sequenciais ou estágios de textos em várias escalas, inclusive as mudanças no potencial do registro em cada fase.

Quero chamar essa coisa de GÊNERO. O gênero tem que ser uma formação semiótica ecossocial. Ele tem que especificar tanto as contingências sequenciais (as probabilidades de sucessão) quanto as contingências simultâneas que se passam quando os recursos de múltiplos sistemas semióticos (não apenas os recursos da língua) são empregados para produzir um sentido representacional, orientacional e organizacional. Nisso, a entidade teórica básica ainda é um gênero acional e os gêneros textuais linguístico-tipográficos (ou linguístico-cinésicos) têm que ser definidos como produtos do gênero acional que lhes dá a origem. Essas três dimensões da produção de sentido (representacional, orientacional e organizacional) representam as generalizações semióticas das metafunções ideacional, interpessoal e textual da língua com as quais estamos mais familiarizados (veja abaixo). No que diz respeito ao componente meramente linguístico da construção de sentido, o GÊNERO tem que especificar quais são as mais prováveis combinações de seleções semânticas nos sistemas das três metafunções, em cada passo em que se desdobram as múltiplas escalas da topografia semântica de um texto desse gênero.

A semiótica ecossocial aponta mais um fato sobre os gêneros e sobre todas as formações semióticas: eles não são os mesmos em todos os lugares e em todos os momentos. Os gêneros indexam sub-comunidades sociais, eles participam da heteroglossia, e esses fatos precisam ser refletidos nas suas especificações orientacionais. Além disso, os gêneros são entidades com uma trajetória; eles mudam constantemente (às vezes devagar, às vezes não) enquanto os textos concretos são produzidos. É preciso compreender não apenas o que representa uma diferença pequena ou grande entre dois gêneros, mas o que representa uma mudança pequena ou grande em um mesmo gênero; e quais são, numa comunidade, as práticas de produzir sentido que formam as continuidades no meio das mudanças nos gêneros.

6 AS METAFUNÇÕES SEMIÓTICAS GERAIS

Para compreender melhor o que o GÊNERO tem que especificar e, através disso, compreender melhor o que são as dimensões básicas da topografia semiótica de qualquer ação para produzir sentido (a fortiori, a topografia semântica de qualquer texto significativo), temos que

considerar brevemente as generalizações semióticas das metafunções linguísticas.

Imaginemos um pintor que retrata o cenário de um casamento real. O processo da pintura é um processo semiótico representacional que faz parte da dinâmica ecossocial geral que inclui todas as atividades co-presentes (o casamento, a conversação, a música, o zunido do ar condicionado, os espectadores). Ao pintar o casamento, o pintor está co-construindo a realidade social do evento, fazendo dele o que ele é e mais do que ele teria sido sem a sua participação. Ele consegue fazer isso contanto que sua atividade seja aceita culturalmente como a criação de uma pintura e sem levar em consideração, por exemplo, o ângulo pelo qual sua tela pareça retratar o casal (um traço que não é um critério relevante). O produto da sua pintura “destina-se” às pessoas que representam o sujeito da sua obra, aos seus futuros donos e às outras pessoas que poderiam vê-la. O processo da sua pintura estabelece relações com os outros processos co-presentes e com seus participantes e, ao ser influenciado por essas relações (distrações pelos espectadores, a qualidade da luz na sala), deixa no produto traços do contexto de produção; e, certamente, a maioria desses traços diz respeito à representação do casal e do cenário. Sua pintura está participando na construção de muitas relações sociais entre indivíduos e entre categorias coletivas.

O pintor vê sua pintura emergir em relação às outras que já pintou e às outras pinturas que viu e, ao pintar, ele mesmo estabelece categorias, acreditando que está pintando de uma ou outra maneira, num determinado estilo. O pintor encontra-se e empenha-se num acoplamento material com a tela e o pincel e a paleta e as tintas; ele constrói uma relação semiótica entre sua percepção do evento e sua representação desse evento na pintura. Ele seleciona, enfatiza, colore, orienta e faz tudo isso conforme as tradições culturais que dizem como pinturas como a sua são vistas categoricamente pelos espectadores. Ele também pinta por encomenda, em uma relação econômica com seu cliente e com um olhar para os outros que verão a pintura e, talvez, encomendem outra. Talvez, ele imagine como um rival teria pintado o cenário diferentemente ou como alguém de outra escola, outra época ou outra subcultura poderia ter feito isso.

A pintura é feita. É um objeto físico e um produto semiótico cultural, um texto visual. Os recursos materiais de uma tecnologia foram empregados através de métodos, dos quais abstraímos, repetidas vezes, a semiótica pictórica da comunidade. Ela tem uma origem que inclui, pelo menos, um pintor em um processo ecossocial de riqueza e complexidade enorme. Nós, os espectadores, somos agora os participantes primários, construindo sentido com esse objeto, interagindo com ele categoricamente através da nossa percepção. Nós construímos a representação de um processo e dos seus participantes e, também, as relações entre eles, além do alcance normal daquelas relações indicadas pelo tipo de processo. Construímos um provável ponto de vista

que o pintor assumiu diante do seu sujeito e construímos relações entre nós e nossa reconstrução do pintor e do processo de pintura. Construímos relações entre nós e nossas categorias sociais e aqueles que assumimos serem retratados e entre nós e os processos retratados. Talvez compreemos a pintura. Talvez queimemo-la como lenha. Talvez ela caia da parede em cima da cama e mate-nos no sono. A dinâmica ecossocial continua a construir interações entre elementos humanos e não humanos.

Quais são alguns dos acontecimentos típicos que a semiótica do processo de pintura provoca? Vamos começar com os mais canônicos, culturalmente, e trabalhar de dentro para fora. Ela provoca a representação pictórica de processos, eventos e participantes. Há um casamento: a noiva está aqui e o noivo lá; aqui, o padre; depois, os pais; em seguida, o anel, o véu, etc. e tudo no interior da igreja. Ela provoca a construção de relações além do alcance daquelas relações exigidas pelo tipo de processo: o sorriso dos pais da noiva; os do noivo não se alegram; as pessoas no corredor do lado do noivo estão bem vestidas; no do lado da noiva, estão um pouquinho surradas; a noiva e seus convidados estão completamente iluminados; os convidados do noivo estão na sombra. O ouro do anel é exatamente o mesmo do centro das flores no altar. Ela provoca a construção do ponto de vista do pintor ou espectador diante do cenário representado: estamos olhando de cima para baixo e a partir da frente da nave; desse ângulo, parece que um anjo foi posicionado para sorrir diretamente para a noiva. De acordo com seu estilo, ela provoca a construção do posicionamento dessa pintura numa determinada época, numa certa escola e na obra de um determinado pintor. Ela provoca a construção de relações sociais na comunidade da sua origem e em nossa própria e ela provoca a construção de pontos de vista e valores sociais, assim como do sistema categórico de ação e retratação.

Cada evento, cada ação é um nexos no qual redes heterogêneas de interações e relações de processos ecossociais coincidem. Partindo de um evento particular podemos seguir os fios das suas conexões termodinâmicas e tecnológicas de dentro para fora; podemos acompanhar suas conexões interpessoais e sociais, suas conexões econômicas e culturais, pelo passado, pelo presente e para o futuro. Isso tudo é semiótico e pode ser categorizado, (mas não exaustivamente). O que nós representamos e como o representamos funciona ou pode ser usado para criar elos organizacionais (i.e., estruturais, o todo – a parte, etc.) e orientações avaliatórias. A maneira como organizamos pode afetar a definição do que está representado e como isso está avaliado. As orientações avaliatórias que impomos podem mudar o que e o como isso é visto a fim de ser organizado. Todos os recursos servem para todas as funções quando são usados em conjunto e, sempre, têm que ser usados todos eles. Não existe um evento significativo, uma ação ou uma representação para o qual não construíssemos um objeto

categórico, uma direção orientacional e um método organizacional. Esses são os fundamentos das metafunções semióticas gerais.

Há uma metafunção representacional e todos os recursos semióticos contribuem para ela. Trata-se da função que determina do que se trata e o que está acontecendo. Há uma metafunção orientacional que determina como isso se apresenta e a quem se apresenta. E há uma metafunção organizacional que determina como as coisas estão ligadas entre si.

O significado mais profundo da metafunção representacional é que construímos categoricamente os tipos de eventos, os tipos de processos, os tipos de atividades e os tipos de participantes; todos os acontecimentos e participantes que são criados e re-criados e, até, inovados e alterados.

A metafunção orientacional da semiose determina qual é a posição do objeto representado no espaço social das relações dos indivíduos e das categorias e tipos sociais coletivas: ela revela a quem esse objeto pertence e cujo ponto de vista é contemplado; o que ele desperta em quem e o que se pode pensar desse objeto: ele é bom? É verdadeiro? É belo? É provável? É comum? É desejável? Ele é nosso? Ele capacita-nos a construir, desconstruir e reconstruir tudo isso?

A metafunção organizacional habilita-nos a criar e perceber (a construir) um todo das suas partes e a distinguir as partes que compõem um todo. Ela produz unidade e multiplicidade, estrutura e textura, figura e pano de fundo, entidade e relação, sequência e acorde, constituição, contorno, periodicidade, encadeamento, trama e urdidura, nexos, interseção, co-padronização, interrupção, limite e fechamento.

Cada instância da semiose realiza todas as três construções metafuncionais com todos os recursos à sua disposição. Nenhuma metafunção pode ser realizada sozinha, mas apenas em conjunção com as outras duas. Isso não é somente um fato empírico, mas a característica definitiva da semiose: trata-se de uma construção tríplice (ou, pelo menos, uma multi-construção; pois, seja como optemos descrever ou contar suas metafunções, elas são sempre plurais e interdependentes).

7 A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO INTERTEXTUAL

As relações significativas que construímos entre as palavras e entre “fraseados” constituem os recursos lexicais e gramaticais habituais para a produção de sentido. A semântica lexical e a semântica léxico-gramatical definem o tipo específico de relações de sentido, as semelhanças e as diferenças classificatórias que nossa comunidade constrói entre os potenciais de sentido das palavras e dos fraseados. Todavia, em nossa comunidade não construímos apenas relações de sentido entre palavras individuais, isoladas ou contextualizadas ou, até, entre unidades léxico-gramaticais

maiores como as orações ou os complexos oracionais. Construímos, também, relações de sentido entre textos inteiros e entre partes e unidades, tanto naquilo que consideramos ser o mesmo texto quanto entre um texto e outro.

As práticas de uma comunidade para construir relações intertextuais representam uma parte muito significativa da sua cultura, ao definir a “rede” semiótica construída que amarra todos os textos, todos os eventos que essa comunidade reconhece. Essas práticas podem, também, ser significativas para os textos e eventos entre os quais NENHUMA relação é construída (as disjunções no sistema de relações), porque, embora cada cultura seja uma cultura específica apenas devido ao estabelecimento de certas relações e não de outras (contextualização seletiva, i.e., metaredundância), é fundamental saber quais laços são feitos e quais não são, entre quais textos e quais eventos.

Construímos relações de sentido entre textos ao construir tipos específicos de padrões nas topografias semânticas desses textos. Esses padrões (formações semânticas ou formações intertextuais) são construídos teóricos que intermediam entre o sistema (o potencial de sentido) e o texto (o emprego concreto desse potencial). Eles se parecem mais como sistemas DE textos feitos do que como sistemas PARA fazer textos. Contudo, não se trata, precisamente, de sistemas no sentido da linguística sistêmica, porque eles nunca são puramente paradigmáticos, nem operam basicamente para classificar os textos. Não existe uma agnação desses padrões, nem pares mínimos contrastantes.

Uma razão pela qual não existe uma agnação simples entre as formações semânticas é que elas não são homogêneas no que diz respeito aos traços definitórios. Elas não são definidas por traços únicos que são consistentes completamente, mas por padronizações complexas de traços, inclusive padronizações sequenciais e simultâneas nas quais os valores dos traços alteram ou variam como parte dos padrões. Isso significa que elas são definidas por topografias semânticas.

Isso ocorre porque as relações entre os textos que nossa comunidade estabelece são diferentes das relações que se baseiam exclusivamente na consistência semântica. Podemos construir e, de fato, construímos relações intertextuais entre textos de diferentes registros (que, conforme o argumento acima referido, sistematizam um potencial consistente de sentido). De uma maneira geral, há duas razões fundamentais pelas quais as classes de textos de uma comunidade, que são definidas pelas práticas metalinguísticas que constroem os laços entre os textos (seu sistema de intertextualidade), não podem ser inteiramente explicadas pelas noções de registro:

- (1) os princípios semióticos, sociais e culturais da intertextualidade não se baseiam exclusivamente na consistência semântica;
- (2) eles se baseiam, em parte, nos padrões de

sentido no interior dos textos de um dado tipo (estratégias de coerência discursiva) que não podem ser descritos apenas pelo registro porque são definidos em termos de traços que exigiriam um nível tão delicado de descrição do registro que, nesse nível, a topografia semântica do texto mudaria constantemente seu micro-registro.

Construímos relações entre trechos no interior de textos e entre os “textos” ao construir semelhanças e diferenças entre os vários tipos de padrões semânticos topográficos, aos quais já nos referimos. Esses padrões ou formações semânticas intertextuais derivam, necessariamente, da aplicação das três metafunções semióticas gerais no domínio da produção de sentido intertextual. As formações temáticas (LEMKE, 1993) são construídas, predominantemente, à base do sentido representacional. As relações intertextuais co-acionais (LEMKE, 1985) realçam o sentido organizacional; e as relações intertextuais heteroglóssicas (LEMKE, 1988a) evidentemente realçam o sentido orientacional. Quando analisamos mais detalhadamente a base organizacional da intertextualidade, vemos que coisas como as estruturas genéricas, os padrões retóricos e várias outras estratégias de formação de texto (por exemplo: a noção de textura conceituada por Hasan como um princípio de organização complementar ao princípio da estrutura) têm um papel importante. Estamos apenas começando a compreender os tipos de padrões orientacionais que são importantes nas relações intertextuais heteroglóssicas (por ex.: LEMKE, 1992).

Existem muitos tipos de formações semânticas intertextuais. Elas são ferramentas para a produção de sentido, igualmente como são os sistemas de recursos semióticos como a léxico-gramática. Seus componentes metafuncionais reforçam-se mutuamente, igualmente como o fazem os componentes metafuncionais dos recursos da ordem do sistema. As formações semânticas intertextuais não podem ser reduzidas a esses recursos (embora não possam ser descritas sem, em parte, usá-los). A construção de sentido textual não pode ser compreendida, nem pode ser explicada sem uma análise em termos de formações e, também, em termos de construídos da ordem do sistema, por exemplo, do registro.

As formações representam uma classe diferente de recursos para a produção de sentido. Elas são diferentes dos sistemas de potenciais de sentido, os quais as tornam possíveis e, de acordo com isso, usamo-las de maneira diferente. Recentemente, Threadgold & Kress (1988 e 1989) argumentaram a favor da generalização do conceito de gênero em termos do que eles chamam de “recursos intertextuais”. Eles não destacam apenas, como eu fiz aqui, que os modelos mais antigos do gênero tinham uma tendência a enfatizar a organização constitucional em detrimento de outros modos da organização textual e que precisamos

prestar mais atenção para as estratégias de sentido orientacional dos gêneros; mas eles observam que conceitos como “tipos de discurso” e “narrativas culturais”, que provavelmente não são idênticos aos gêneros, parecem ter funções semelhantes. Martin (1991) interpretou essa proposta como a apresentação de um modelo que está em competição direta com as teorias da análise textual baseadas no sistema ou no registro, em vez de vê-la como um complemento necessário dessas teorias, como eu entendo.

Levamos em consideração o construto da “narrativa cultural”. Aqui, a ideia original, uma ideia literária, aliás, é que em cada cultura existem histórias específicas que ganharam papéis centrais na auto-definição textual dessa cultura. Essas histórias fazem parte dos processos comunitários da construção da identidade coletiva. É possível que se trate de mitos e lendas ou de explicações idealizadas da história. As histórias dos eventos centrais da vida do Cristo ou do Buda como foram construídas muito mais tarde pelas comunidades dos seus seguidores representam narrativas culturais nesse sentido. As histórias nacionais, como as histórias americanas sobre a Revolução e a elaboração da Constituição; a história da Primeira Festa de Ação de Graças (Os Peregrinos e os Índios) ou a história compacta da Mayflower também pertencem a essa categoria. Há também histórias mais gerais: histórias sobre massacres de índios (ambos os tipos); histórias de pistoleiros e xerifes e, até, histórias sobre rancheiros e pastores. Nota-se que estamos nos referindo, aqui, às tramas (plots) típicas dessas histórias e não às suas formas genéricas como tais. Há, enfim, histórias “canônicas” sobre importantes tipos de eventos nas vidas das pessoas, que são muitas vezes recapituladas e que formam um tipo de ideal: a história de como apaixonar-se e casar-se; a história de quando meu filho disse sua primeira palavra etc. E essas histórias, talvez, influenciem as formas narrativas nas quais descrevemos as receitas conscientemente conhecidas para as realizações dos tipos de atividades.

Em um extremo desse contínuo, encontram-se histórias altamente específicas; no outro, gêneros de histórias nos quais os detalhes alteram, mas a maior parte da trama continua previsível. Todavia, o que importa aqui, evidentemente, é uma história e não um texto como tal. Isso significa que existem muitas narrações que representam, no fundo, as mesmas histórias culturalmente salientes; há muitos textos que criam essas histórias de modos que ainda contam, culturalmente, como “a mesma história”. Essa história é um padrão específico de sentido construído pela comunidade em todos aqueles textos; é uma formação intertextual (ou, em relação às práticas de leitura ou de narração que constroem essa história, é um produto de uma formação acional).

Tomemos a história cristã da Crucificação de Cristo. Como é fácil evocar essa história com uma palavra, com um padrão de eventos ou com uma referência a inimidades históricas. Quanto é perdido por leitores que não a conhe-

cem. Quanto sentido é produzido intertextualmente entre essa história e outras histórias ou entre esse texto e textos de muitos outros registros e gêneros. Como essa construção de sentido foi importante para a semiótica social de muitas comunidades. Como é grande a quantidade de práticas de produzir um sentido intertextual que dependem desse tipo de formação textual (i.e., que constroem sentido, em parte, pela construção desse tipo de formação textual). Para o sentido de quantos textos, os membros de uma comunidade considerariam a história da Crucificação relevante e de quantas maneiras diferentes eles fariam isso?

Será que o conjunto de histórias ou o conjunto de tramas de histórias numa comunidade é mais especializado para formar um sistema semiótico do que os próprios textos de uma comunidade? Será que é sensato procurar por agnações entre as histórias? Ou será que entendemos suas topografias semânticas antes intertextualmente do que sistematicamente, ao fazer referências a outras histórias com topografias semelhantes em várias escalas?

O conceito da narrativa cultural como formação intertextual é apenas um exemplo. Discuti as formações temáticas e seus papéis na produção intertextual e intratextual de sentido em muitos lugares (veja as referências acima mencionadas). Elas, também, não podem ser encaixadas em esquemas de agnação; não representam potenciais de sentido e não dispõem, unicamente, de mútuas relações paradigmáticas. As formações temáticas são mais do que a soma das suas partes semânticas constitutivas, as quais, em última conseqüência, se caracterizam por tais relações.

Parece que alguns conceitos como “discurso cultural”, “formação discursiva” ou “voz discursiva heteroglôssica”, evidentemente, são também candidatos para um tipo de formação intertextual. No sentido mais simples, esses conceitos representam maneiras de falar sobre alguma coisa. Entre uma realização textual e outra, eles caracterizam-se por muitos traços distintivos, mas permanecem os mesmos, pelo menos, no que diz respeito ao aspecto representacional e orientacional.

E, enfim, temos o próprio gênero. Na sua acepção mais ampla, ele pode incluir a maior parte daquilo que chamei de formação intertextual; mas, antes, já o defini muito bem, num sentido muito mais estrito, como um tipo particular de formação intertextual: um tipo no qual o padrão relevante de escolhas semânticas corresponde ao produto de uma formação acional particular e que, portanto, dispõe de especificações representacionais, orientacionais e organizacionais. Isso é uma das caracterizações mais restritas, mas, provavelmente, por essa razão, uma das mais úteis.

Embora a agnação, possivelmente, não seja o modo certo para abordar alguns ou, talvez, todos os tipos de formações textuais, isso não quer dizer que as práticas das comunidades para produzir sentido não compõem configurações mais amplas de formações intertextuais. Existem, de fato, formações de formações. Discuti esse assunto para o caso das formações heteroglôssicas (por exemplo, LEMKE,

1988a, 1990b) e, de acordo com do trabalho de Michel Foucault (1972), é provável que tais metaformações representem um fenômeno cultural geral. (Ele usa o termo “formação discursiva” para essas metaformações mais amplas, o que é uma fonte de confusão em muitas discussões).

Martin (1991) indicou que, entre alguns gêneros, é possível construir, razoavelmente, um tipo de relações classificatórias de agnação; pelo menos se esses gêneros são definidos por características relativamente abstratas e gerais. Ele levanta a hipótese de que os gêneros têm sua origem nos tipos de atividades e que esses são formações que podem ser definidas de acordo com o emprego dos recursos de um sistema de recursos semióticos acionais. Evidentemente, caso essa hipótese seja aceita, ela sugeriria que, em algum nível, os gêneros podem ser agnatos. Contudo, nesse ponto pode aparecer um problema mais profundo. Será que os próprios tipos de atividades podem ser agnatos, não em conjuntos pequenos, o que certamente é possível, mas de uma maneira consistente que classifica (naturalmente em vários níveis de delicadeza) todos os tipos de atividades? Provavelmente, não. Os tipos de atividades, visto como formações semióticas, já se encontram longe demais da ordem do sistema e, como os textos, perto demais da ordem do desempenho. O que pode ser produzido em termos do potencial sistemático tem de ser algum tipo de elementos e relações semânticas em vez das próprias formações – as características reais definidas num sistema semiótico acional, que são os elementos que compõem os padrões acionais que nós chamamos de formações. As formações não podem ser reduzidas a sistemas. Para analisar o sentido textual, precisa-se de ambos.

Numa semiótica ecossocial, os meros processos de usar as formações provocam mudanças nessas formações. Trata-se de um assunto complexo que, aqui, não posso desenvolver pormenorizadamente (veja: LEMKE, 1993). Todavia, o que importa é ver que um foco no texto, melhor do que um foco no sistema, pode levar muito mais longe, até mesmo, do que nos levou o esboço da teoria que apresentei aqui. É que os processos da mudança estão funcionando na ordem do texto. Na medida em que focalizamos mais o que é único nos sentidos dos textos do que o que eles têm em comum com os outros sentidos, somos afastados da estabilidade tranquilizadora do sistema, em direção ao caos imprevisível dos acontecimentos. Contudo, ao mesmo tempo, somos afastados de uma ordem que é regida pelas regras de governadores e governados, em direção à improvisação semiótico-genética dos jogadores e do seu jogo.

REFERÊNCIAS

ADAM-SMITH, Diana. *Source and derived discourse: Popularization in science research papers*. Paper presented at the International Congress of Applied Linguistics, Sidney, 1987.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Discourse in the novel. In: HOLQUIST, M. (ed.). *The Dialogic Imagination*. Austin, TX: University of Texas Press, 1981. [first edition of the original text: 1935].

FOUCAULT, Michel. *The archeology of knowledge*. New York: Random House, 1972.

GREGORY, Michael. Towards Communication Linguistics. In: BENSON, J.D. & GREAVERS, W.S. (eds.). *Systemic Perspectives on Discourse*, Vol. 1. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1985.

GREGORY, Michael & MALCOLM, Karen. Generic situation and discourse phase. Toronto: Glendon College, *Applied Linguistics Papers* (mimeo), 1981.

HASAN, Ruqaiya. The structure of the nursery tale. In: COVERI, Lorenzo. (ed.). *Linguistica Testuale*. Rome: Bulzoni, 1984.

HASAN, Ruqaiya. Lending and borrowing: From grammar to lexis. In: CLARK, John E. (ed.). *Beiträge zur Phonetik und Linguistik* (Special Issue: Essays for Arthur Delbridge), 1985.

HASAN, Ruqaiya. The grammarian's dream: Lexis as the most delicate grammar. In: HALLIDAY, M.A.K. & FAWCETT, Robin. (eds.). *New Developments in Systemic Linguistics*. London: Frances Pinter, 1986.

HASAN, Ruqaiya. The structure of a text. In: HALLIDAY, M.A.K. & HASAN Ruqaiya. *Language, context and text*. London: Oxford University Press, 1989.

HASAN, Ruqaiya. The conception of context in text. In: GREGORY, Michael & FRIES, Peter. (eds.). *Discourse in society: Functional Perspectives*. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1995.

LEMKE, Jay L. Thematic analysis: systems, structures, and strategies. *Recherches Semiotiques/Semiotic Inquiry* (Toronto), vol.3, p.159–187, 1983a.

LEMKE, Jay L. *Semiotics and education*. Toronto: Victoria College/Toronto Semiotic Circle Monographs, 1984.

LEMKE, Jay L. Ideology, intertextuality, and the notion of register. In: BENSON, James D. & GREAVES, William S. (eds.). *Systemic perspectives on discourse*, Vol. 1. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1985a.

LEMKE, Jay L. *The topology of genre*. (Unpublished manuscript), 1987.

LEMKE, Jay L. Discourses in conflict: Heteroglossia and text semantics. In: BENSON, James D. & GREAVES, William S. (eds.). *Systemic functional approaches to Discourse*. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1988a, p.29-50.

- LEMKE, Jay L. Text structure and text semantics. In: VELTMAN, Robert & STEINER, Erich H. (eds.). *Pragmatics, discourse, and text*. London: Pinter, 1988b, p.158-170.
- LEMKE, Jay L. Genres, semantics, and classroom education. *Linguistics and education*, v.1, p.81-99, 1988c.
- LEMKE, Jay L. Social semiotics: A new model for literacy education. In: BLOOME, David. (ed.). *Classrooms and literacy*. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1989a.
- LEMKE, Jay L. *Semantics and social values*. WORD, v.40/1-2, p.37-50, 1989b.
- LEMKE, Jay L. *Talking Science: Language, Learning, and Values*. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1990a.
- LEMKE, Jay L. Technical discourse and technocratic ideology. In: HALLIDAY, M.A.K., GIBBONS, John & NICHOLAS, Howard. (eds.). *Learning, keeping, and using language: selected papers from the 8th AILA World Congress of Applied Linguistics*. Sydney: 1987, v. II, p. 435-460. Amsterdam: John Benjamins, 1990b.
- LEMKE, Jay L. Text production and dynamic text semantics. In: VENTOLA, Eija (ed.). *Functional and Systemic Linguistics: Approaches and Uses*. Berlin: Mouton de Gruyter (Trends in Linguistics: Studies and Monographs 55), 1991.
- LEMKE, Jay L. Interpersonal meaning in discourse: Value orientation. In: DAVIES, Martin & RAVELLI, Louise (eds.). *Advances in Systemic Linguistics: Recent Theory and Practice*. London: Pinter, 1992, p.82-104.
- LEMKE, Jay L. Discourse, dynamic, and social change. *Cultural Dynamics*, v. 6/1, p.243-275, 1993. [Special Issue: HALLIDAY, M.A.K. (ed.). *Language as Cultural Dynamic*. Leiden: Brill.]
- LEMKE, Jay L. Intertextuality and text semantics. In: GREGORY, Michael & FRIES, Peter (eds.). *Discourse in society: Functional Perspectives*. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1995, p. 85-114.
- MARTIN, Jim R. Process and text. In: BENSON, James D. & GREAVES, William S. (eds.). *Systemic perspectives on discourse*. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1985.
- MARTIN, Jim R. *Intrinsic functionality: Implications for contextual theory*. *Social Semiotics*, v.1/1, p. 99-162, 1991.
- MANN, William & THOMPSON, Sandra. *Relational Propositions in discourse*. Marina del Rey, CA: Information Sciences Institute, 1983.
- THREADGOLD, Terry. *Talk about genre: Ideologies and incompatible discourses*. *Cultural Studies*, v.3/1, p.101-127, 1989.
- THREADGOLD, Terry & KRESS, Gunther. Towards a social theory of genre. *Southern Review*, v.21/3, p.215-243, 1988.
- STILLAR, Glenn. *Phasal analysis and multiple inheritance*. (Manuscript), 1992.
- VENTOLA, Eija. *The Structure of Social Interaction*. London: Pinter, 1987.



IMPRESA UNIVERSITÁRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Impressão e Acabamento
Av. da Universidade, 2932 (fundos), Benfica
Fone: (85) 3366.7485 - Fax: (85) 3366.7486
Fortaleza - Ceará - Brasil

iu.arte@ufc.br
www.imprensa.ufc.br